

## **Direitas, 1964 e a Doutrina de Segurança Nacional**

### ***1964 - Rights - National Security Doctrine***

**Ricardo Antonio Souza Mendes**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
rasmric@oi.com.br

**Resumo:** Diferentes projetos de sociedade estavam em gestação dentre as direitas ainda antes da efetivação do golpe de 1964. Se por um lado, essa diversidade de projetos políticos colaborou para uma articulação golpista inicial fragmentada, de outro, a presença de um conjunto de elementos de identificação contribuiu para a unidade cada vez mais ampla observada nos primeiros meses de 1964.

**Palavras-Chave:** 1964; Direitas; Doutrina de Segurança Nacional.

**Abstract:** Different projects of society were brewing among the rightists even before the execution of the coup. On one hand, this diversity of political projects contributed to a fragmented initial coup articulation of another, the presence of a set of elements of identification contributed to the increasingly wide unit observed in the first months of 1964.

**Keywords:** 1964; Rights; National Security Doctrine.

Inúmeros são os elementos indicativos da existência de um consenso negativo entre as diferentes forças articuladoras da deposição de João Goulart. Afinal, vários eram os elementos de aproximação entre esses diferentes grupos. Em comum possuíam uma matriz ideológica de direita. Na sociedade civil, tal como na arena estatal e na sociedade política, o anticomunismo - ao mesmo tempo elemento de convergência e delimitador de uma tendência política de direita -, estava associado ao temor dos possíveis avanços a serem obtidos pelas classes trabalhadoras. Segundo Luciano Bonet, a oposição ao comunismo deve ser entendida “à luz do momento histórico, das condições de cada um dos países e das diversas origens ideais e políticas em que se inspira”. Em suas variantes, pode ser de origem fascista, democrática clerical e americana, sendo essa vertente a mais recente, segundo o autor<sup>1</sup>. Apesar da presença de um anticomunismo de caráter democrático e fascista, predominaram no caso brasileiro os aspectos de coloração conservadora (manutenção da estrutura social) e liberal (defesa da propriedade). O anticomunismo apresentou-se, nesse sentido, como a principal palavra de ordem que catalisou o apoio, junto à opinião pública e, principalmente, entre as elites, em torno de um objetivo comum.

No contexto específico da década de 60, no Brasil, as liberdades valorizadas pelos grupos de direita diziam respeito principalmente àquelas relativas ao direito de propriedade. No entanto, não é somente no que diz respeito às liberdades que se deve caracterizá-los. A delimitação ideológica destes grupos deve ser observada também quanto ao tipo de desigualdade que concebiam como fundamental para o restabelecimento da ordem e a retomada do crescimento econômico. Nesse sentido, a restrição de direitos políticos para uma parcela “ilustrada” da sociedade e a existência de desigualdades sociais baseada no poder econômico se apresentavam como condicionantes elementares para o tipo de sociedade que almejavam.

## Direita ou Direitas?

Pouco se avançou na caracterização da existência da diversidade de propostas e caminhos a serem percorridos pelos grupos articuladores da retirada de Jango no poder em 1964. Inúmeros depoimentos sobre aquele momento apresentam a ausência de um projeto específico de governo entre os vencedores, o que não significa, em meu entendimento, ausência de propostas, mas sim a presença de uma multiplicidade de proposições que disputavam, entre si, a supremacia do processo.

Essa diversidade, inclusive, contribuiu para uma articulação múltipla e descentralizada, com o aparecimento de diversas lideranças que concorriam entre si. Aspecto recorrente em boa parte dos documentos sobre 1964, essa questão é apontada inclusive, por aqueles que buscavam acentuar a ideia de unidade diante da “ameaça” comunista existente. Sobre este aspecto, deve-se observar um telegrama encaminhado pelo Embaixador Lincoln Gordon ao Departamento de Estado americano que, nesse momento e conforme amplo conhecimento, buscava interferir nos assuntos brasileiros:

---

<sup>1</sup> Bonnet assinala que, no plano interno, “o Anticomunismo extremo é, como é obvio, o de tipo fascista e reacionário, em geral, que se traduz na sistemática repressão da oposição comunista, e tem por norma tachar de comunismo qualquer oposição de base popular”. BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto et al. (Orgs.) *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1999, pp. 35-36.

Conspiração atual é tipicamente brasileira, não sendo unificada e tendo a presença de um excesso de possíveis líderes. Entretanto, todos os grupos de que sabemos reconhecem a necessidade de qualquer movimento abranger o todo do país.<sup>2</sup>

Também no plano militar, apesar de 1964 se apresentar como um momento de intervenção institucional vitoriosa da Forças Armadas na vida política, as divergências foram as grandes responsáveis pela fragmentação das articulações golpistas. Os diferentes projetos de sociedade provocaram uma luta pela liderança no encaminhamento da transformação da sociedade que se iniciou ainda antes da efetivação do golpe, mesmo que predominantemente no plano discursivo. A pretensa homogeneidade das direitas é extremamente questionável quando se observa depoimentos e fontes diversas que demarcam sobre os acontecimentos referidos ao golpe. Para Adyr Fiuza de Castro, “todos os grupos eram unânimes em saber o que não queriam: não queriam uma república popular instalada no Brasil”. No entanto, quanto ao que queriam, mesmo no “interior de cada grupo havia grandes divergências”<sup>3</sup>.

Ainda que argumente com base na crença de que a proposta era de “um levante geral que dispensaria um planejamento sobre as operações”, ao tentar apresentar uma justificativa para a ausência de “coordenação planejada” ou de um “comando único”, Geisel acaba por apontar para uma “revolução com vários chefes” e indica a presença de alguns grupos específicos dentro da caserna: um formado por militares; outro composto por militares com maior trânsito entre o empresariado, mais relacionado com o IPÊS, concentrado na região Sudeste; e o General Mourão, de modo independente, articulado com civis e, inclusive, armando-os, do que discordava Geisel<sup>4</sup>.

O General Antonio Carlos Muricy, outro importante participante das articulações golpistas, em entrevista concedida ao canal 2, na qual buscava apresentar os motivos da “revolução brasileira”, assinalava que, ao final do ano de 63,

as áreas militares de todo o Brasil começaram a entrar em ebulição e começou forte o trabalho tendente a unir os diferentes grupos. (...) Essa montagem não foi fácil e posso dar um testemunho de que nunca pensei que fosse tão difícil harmonizar tantas posições, embora houvesse um objetivo comum, mas procurado por caminhos um pouco diferentes. Essa situação se prolongou e se desenvolveu. Aos poucos, os comandos foram acertando seus relógios (...) e no final de março, já as articulações principais estavam feitas e os elementos articuladores centrais, os Generais Castelo e Costa e Silva, como elementos dirigentes, já tinham ouvido dos diferentes chefes militares opiniões que asseguravam uma unidade senão total, pelo menos de mais de 70% do Exército<sup>5</sup>.

Neste depoimento, prestado logo após o golpe, apesar de tentar apontar uma suposta unidade de articulações, fundamental para a legitimação do movimento, Muricy apresenta que esta não passava de “70%”. Mais revelador ainda porque indica que esta ausência de unidade era reflexo das diferentes “posições”, desdobramento de uma tentativa de buscar um “objetivo comum” através de “caminhos um pouco diferentes”. Seriam estes caminhos apenas “um pouco diferentes”?

Muitos são os indícios da relação direta entre a multiplicidade de articulações golpistas com a diversidade de projetos de sociedade presentes nas direitas em 1964. A análise dos projetos políticos dos

<sup>2</sup> Lincoln Gordon era o Embaixador dos Estados Unidos no Brasil às vésperas do golpe. Nota de página citada em DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>3</sup> CASTRO, Depoimento. In: D'ARAUJO, Maria Celina et al (Orgs.). *Visões do Golpe: A Memória Militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 155. Em 1964 Adyr Fiuza de Castro era Tenente-Coronel e servia no Estado Maior do Exército, na subseção de História da 5ª Seção. Posteriormente foi um dos criadores do Centro de Informações do Exército (CIE), em 1969. Apoiou Costa e Silva na sucessão do Presidente Castello Branco.

<sup>4</sup> GEISEL, Depoimento. In: D'ARAUJO, Maria Celina et al (Orgs.). *Op.cit.*, p. 149 e seguintes.

<sup>5</sup> FGV, acervo pessoal de Antônio Carlos Muricy: Série Atuação Político Militar (1936-1979).

principais grupos articuladores do movimento civil-militar de 1964 - a facção lacerdista da UDN<sup>6</sup>, os membros do que Dreifuss considerava como “complexo empresarial multinacional-associado” representado pelos IPÊS/IBAD<sup>7</sup> e setores autoritários das forças armadas influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional<sup>8</sup> - ratifica essa percepção.

As análises elaboradas identificaram a existência de diferentes propostas enunciadas a partir dos grupos assinalados acima. Estes projetos, em várias questões, entravam em conflito entre si como resultado de posições relativas diferenciadas quanto ao centro de poder. Mas também fruto de interesses muitas vezes divergentes quanto aos caminhos a serem percorridos pela sociedade brasileira para alcançar seus objetivos de “estabilidade política”, desenvolvimento econômico e interesses de classe<sup>9</sup>. A extrema complexidade da sociedade moderna problematiza a noção de hegemonia de classe e sugere muito mais a noção de bloco de poder para se pensar nos grupos que se estabeleceram no controle do país a partir de 1964. Considerar a ideia de sistema político como campo de embates, espaço em que o confronto (mas não a ruptura) é recorrente, e não a exceção, sugere que o resultado das políticas “política” [sic], econômica, e social encaminhadas pós-64 foi resultado de um conflito de interesses existente entre as diferentes facções golpistas que assumem o poder naquele momento e não de uma classe específica. Neste sentido, o IPÊS seria mais um dentre outros grupos - tais como militares de direita, representantes das oligarquias e setores vinculados à burocracia estatal civil - que compuseram esse bloco de poder.

Considerando que o processo de polarização atingiu todo o sistema político e que as mobilizações em torno da defesa do *status quo* operaram dentro de todos os componentes deste sistema – quais sejam a sociedade política, a sociedade civil e a arena estatal -, assinalo a existência de diferentes centros que buscavam efetivar a convergência das elites e capitalizar apoio junto aos movimentos populares e às classes médias. Nesse sentido, considero que 1964 foi uma articulação golpista operada a partir de diferentes núcleos, que buscavam encaminhar a deposição de João Goulart visando, cada um deles, seu

<sup>6</sup> O partido União Democrática Nacional foi fundado em 1945 como uma grande frente antivarguista. A partir de fins da década de 1950, o antipopulismo varguista deu lugar ao anticomunismo. Segundo Octávio Dulci, a corrente lacerdista “tornou-se hegemônica dentro do partido, emprestando à UDN sua imagem final direitista, que a História e as crônicas políticas costumam registrar”. Afirma também o autor, sobre o lacerdismo, que ele era um setor que “formava uma nítida maioria” e suas propostas de endurecimento do embate político foram vitoriosas na XIV Convenção Nacional da UDN. DULCI, Octávio. *A UDN e o antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1986, p. 38, 188 e 189. Benevides por sua vez assinala que Lacerda e seus simpatizantes “tenderão cada vez mais para uma posição à direita dos demais partidos”, BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o trabalhismo. Partido e sindicato em São Paulo (1945-64)*. São Paulo: CEDEC/Brasiliense, 1989, p. 116.

<sup>7</sup> O IPÊS foi fundado em 1º de janeiro 1962. Segundo apresentação feita pela própria instituição, ela reunia “empresários e democratas” do eixo Rio-São Paulo que teriam por função “defender a democracia e impedir a propagação do comunismo e o estabelecimento de regimes totalitários”. Além disso, teria por missão, segundo uma reportagem da época, “dar ênfase ao desenvolvimento econômico e social e aproximar o nível de vida brasileiro aos níveis alcançados pelos povos dos países mais desenvolvidos”. Neste sentido, seria um organismo eminentemente de propaganda e mobilização contra o “perigo próximo de comunização” e de “ameaça à democracia” que estariam afetando o país. Já o IBAD foi fundado em fins da década de 1950.

<sup>8</sup> Classifico esses setores autoritários existentes dentro das Forças Armadas pelas denominações de nacionalistas-ditatoriais (normalmente denominados por “linha-dura”) e internacionalistas autoritários (via de regra denominados por “moderados”). Embora ambos fossem, como considerado acima, influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional, isso se deu de forma variada. Não era tão somente quanto ao tempo de permanência no governo nem apenas quanto ao grau de repressão a ser implementado que esses grupos divergiam. Aspectos relativos ao projeto de desenvolvimento do país, da política externa, da questão social e dos direitos políticos também se apresentavam de forma variada.

<sup>9</sup> Sobre alguns aspectos dos diferentes projetos políticos desses grupos ver: MENDES, Ricardo A. S.. Direitas, Desenvolvimentismo e o movimento de 1964. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006 p. 109-126; MENDES, Ricardo A. S.. Militares e o debate sobre os rumos da política externa brasileira: 1961-1965. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *As Repúblicas no Brasil – política, sociedade e cultura*. Niteroi: Eduff, 2011 p. 175-196; MENDES, Ricardo Antônio Souza. Anti-reformismo e a questão social no Brasil: o golpe de 1964. In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL FILHO, Oswaldo (Orgs.). *A ditadura em debate: Estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p.33-78.

projeto específico de sociedade. Denomino esses núcleos mobilizadores por *centros catalisadores*, instâncias que disputavam a liderança política não somente com o outro extremo da diáde – as esquerdas –, mas também lutavam por fazer predominar um projeto de sociedade específico perante seus concorrentes do mesmo polo do sistema político: as direitas. Portanto, trabalhavam de forma concorrente e simultânea.

### Ideias polarizadoras e centros catalisadores

Para mapear as diferentes propostas existentes dentre os segmentos apontados acima, considero um conjunto de temas relacionados às principais questões em debate naquele momento, os quais denominei como *ideias polarizadoras*. Ideias que ganharam “vida própria” na medida em que se apresentaram como alvo de disputas cada vez mais acirradas. As diferentes concepções em torno dessas ideias-força representavam não somente o meio pelo qual se manifestava o desejo pelo poder, como também eram o próprio objeto do desejo. Apresentavam-se importantes como agentes de mobilização da opinião pública por se referirem a aspectos considerados fundamentais, centrais da vida do país naquele momento. Além disso, observa-se que tinham uma importante função por serem estruturantes de códigos de comportamento, distribuição de papéis e de posições sociais. Enfim, como elementos organizadores de um dado projeto de sociedade. Por isso a forma pela qual essas ideias eram representadas, articuladas e organizadas tornaram-se alvos privilegiados por parte dos grupos em embate<sup>10</sup>.

Identificar as representações que guiaram e modelaram os comportamentos e buscaram legitimar determinadas atitudes torna-se fundamental num momento de conflitos que caracterizava, então, a sociedade brasileira. As épocas de crise de poder são momentos em que “se intensifica a produção de imaginários sociais concorrentes e antagonistas, e em que as representações de uma nova legitimidade e de um futuro diferente proliferam e ganham difusão e agressividade”<sup>11</sup>. Ao resgatá-las, procura-se restabelecer os níveis de conflito entre os diferentes grupos de direita na sua luta pelo estabelecimento de um discurso hegemônico que caracterizavam o período.

Algumas destas ideias, tais como as relativas à *ampliação/restrição do direito de propriedade* e à *ampliação/restrição da participação política*, se implementadas, poderiam levar a uma transformação significativa da sociedade. Quanto à primeira dessas ideias polarizadoras, as tentativas de efetivação da reforma urbana e, principalmente, da reforma agrária, bem como a ampliação ou eliminação da legislação trabalhista, estavam associadas. Apesar de um pretenso consenso sobre o assunto, as propostas de reforma agrária apresentavam diferenças que modificavam, em grande medida, os resultados esperados. As ligas camponesas, que aparecem já desde fins de 1950, assumem uma importância cada vez maior em torno da reivindicação por terra. Se, por um lado, a reforma do sistema fundiário era esperada por uma parcela da elite, ainda que assumindo uma dimensão que a colocava em um sentido completamente oposto ao proposto pelos movimentos populares, de outro lado, parcelas significativas da elite nacional fundiária via nesse movimento rural e nas suas reivindicações uma real contestação ao *status quo*.

Outra ideia de relevância encontra-se nas perspectivas de *ampliação/restrição da participação política* e da cidadania ao conjunto da população. A historiografia sobre 1964 aponta uma série de transformações no nível da mobilização política, tanto no meio rural quanto nos centros urbanos. No mundo urbano, o crescimento industrial, o esvaziamento do campo e o desenvolvimento das cidades contribuíram

<sup>10</sup> Sobre a relevância de determinadas ideias enquanto instrumentos de hierarquização, distribuição de papéis e de posições sociais ver: BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. *Enciclopédia Einaudi-Anthropos-Homem*, vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 309.

<sup>11</sup> *Idem, ibidem*, p. 310.

para a modificação no peso político da população aí localizada, levando ao aumento da pressão das demandas populares, bem como da participação política destes grupos. Observa-se, neste momento, uma reação das direitas no sentido de limitar os avanços desta contínua ampliação da luta por participação política. No campo, por sua vez, as ligas camponesas estimularam a mobilização dos trabalhadores rurais, não somente por terra, mas também em torno dos direitos políticos. De outro lado, a politização no seio das Forças Armadas, iniciada através do debate existente dentro do Clube Militar, e que tendia a se ampliar com a extensão do direito de voto aos praças, veio a provocar um receio do afrouxamento das relações de hierarquia.

Outras ideias centrais ganharam destaque por questões conjunturais<sup>12</sup>. Ainda que não representasse por si só necessariamente uma alteração da estrutura política e socioeconômica do país, articuladas com outras questões como as apontadas acima, soavam como ameaçadoras. Referiam-se à *nacionalização/internacionalização da economia* e ao *alinhamento/neutralidade* quanto ao quadro da Guerra Fria. A primeira delas colocava em destaque o tipo de processo desenvolvimentista que se pretendia para a sociedade. A crença, por parte das esquerdas, no caráter revolucionário da burguesia nacional, aliada a uma convicção da dualidade da estrutura brasileira, contribuíram para a convicção de que a forma de encaminhamento do processo desenvolvimentista era uma etapa crucial para os rumos do país. O papel do Estado na economia encontrava-se atrelado a essa discussão. A economia brasileira entra nos anos 60 com um dilema crucial de como superar o modelo getuliano de desenvolvimento e o nacionalismo ganha impulso ainda mesmo durante o governo Juscelino. Apesar de um consenso sobre a necessidade de superação do atraso econômico, existiam divergências que eram mais fortes sobre a forma pela qual transpor as barreiras que se colocavam para atingir tal meta. Para as direitas, que também partilhavam da perspectiva de dualismo da sociedade brasileira, o crescimento das atribuições do Estado significavam uma aproximação perigosa com o estatismo comunista que foi percebida de maneira variada pelas direitas.

A quarta e última ideia refere-se ao posicionamento do Brasil no quadro internacional. A “Política Externa Independente”, adotada desde os tempos do governo Jânio Quadros, foi aprofundada durante o período João Goulart. A guinada da Revolução Cubana para a órbita de influência soviética teve um efeito assustador, não somente para parcelas significativas das elites nacionais, mas também de toda a América Latina<sup>13</sup>. Além disto, a situação econômica do país o colocava, para setores consideráveis das direitas, numa situação em que o alinhamento incondicional no plano internacional era de fundamental importância.

Estas ideias polarizadoras eram articuladas, segundo entendo, de formas diferenciadas pelos diversos grupos que buscavam liderar o processo de convergência das elites como reação às ameaças com que se deparavam no horizonte.

## Ganhando a opinião pública

No que se refere ao processo de polarização pré-64, esse se acentuou na medida em que a renovação do Congresso nas eleições de 1962 acabou por marcar um significativo declínio dos partidos

---

<sup>12</sup> Segundo Norberto Bobbio, as distinções entre direitas e esquerdas não são antológicas porque são estabelecidas contextualmente e não *ad eternum*. BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda* - Razões e significados de uma distinção política. São Paulo:UNESP, 1995, p. 91.

<sup>13</sup> DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

conservadores e reacionários e o relativo aumento da bancada progressista<sup>14</sup>. O fracasso de uma possível mediação entre as forças de esquerda e de direita através da forma de governo parlamentarista, bem como a incapacidade do governo em gerir um plano de reformas conciliador, foram decisivos<sup>15</sup>. Outro elemento que se observa neste quadro é a constante oscilação, por parte do governo João Goulart, entre os grupos de direita e esquerda, gerando uma desconfiança quanto aos reais propósitos do presidente.

Na sociedade política, blocos interpartidários organizados ainda em fins do governo Juscelino Kubitschek – a Frente Parlamentar Nacionalista e a Ação Democrática Nacional, onde predominavam respectivamente uma linha esquerdizante e a ala mais conservadora do Congresso<sup>16</sup> –, tiveram um importante papel na consolidação de posições antagônicas que se processou no período. O aumento do número de alianças e coligações assinalava, segundo Campello de Souza, a existência de uma “disputa eleitoral mais acirrada e incerta”<sup>17</sup>. Este também é o momento de incremento das ações das organizações da sociedade civil, tanto de um lado quanto de outro. Entre as direitas, em relação às associações mais importantes e representativas do empresariado vinculado ao capital externo, tem-se, a título de exemplo, o crescimento da mobilização e das atividades, ainda conspiratórias, do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Observa-se também que, influenciados pelo medo de proletarização, alguns sindicatos representativos de grupos das camadas médias acabaram por cerrar fileiras tanto contra o governo quanto contra aqueles grupos progressistas<sup>18</sup>.

No que se refere à arena estatal, particularmente aos militares, nota-se a acentuação da radicalização de direita no principal fórum de debates das Forças Armadas: o Clube Militar. Dentro deste, grupos influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional articularam-se em torno da Cruzada Democrática e, a partir de uma perspectiva anticomunista, buscaram organizar seus pares para refrear a mobilização dos movimentos populares. Por outro lado, como último aspecto desta mobilização crescente, observa-se a tentativa de consolidação por parte do próprio governo de efetivar-se como o principal centro de decisões a partir do retorno do presidencialismo, eliminando assim a asfixia a que era submetido pelo regime parlamentarista.

Ainda que articulado de forma concorrencial por diferentes centros catalisadores, a crescente possibilidade de alteração do *status quo*, mesmo que não representasse uma ruptura com o capitalismo, levou os diversos grupos golpistas a uma progressiva aproximação desenvolvida ao longo dos primeiros meses de 1964, estimulados em grande medida por dois acontecimentos fundamentais ocorridos no mês de março: o Comício da Central do Brasil e a Revolta dos Marinheiros. Para as direitas, esses eventos significaram a concretização de seus medos e por isso o caráter de mobilização que então foi desencadeado.

<sup>14</sup> Apesar desta mudança relativa, o congresso continua com o predomínio de forças conservadoras. Sobre o assunto, ver: FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas – alternativas democráticas à crise política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 88; e ainda, DE SOUZA, Maria do Carmo C. *Estados e Partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990, pp. 143 e ss.

<sup>15</sup> FIGUEIREDO, *Op. cit.*, pp. 30 e ss.

<sup>16</sup> *Idem, ibidem*, p. 107.

<sup>17</sup> SOUZA, *Op. cit.*, p. 141.

<sup>18</sup> Décio Saes aponta em seu trabalho que, por parte dos profissionais liberais, o que se apresentou como fundamental para este alinhamento foi a tentativa de resguardar plenamente a sua “independência decisória e a capacidade de controle das suas próprias condições de trabalho, contra toda e qualquer intervenção do Estado no ‘mercado de serviços’”. Quanto à baixa classe média, o medo presente era o “temor da proletarização”, SAES, Décio. *Classe Média e Política no Brasil*. In: FAUSTO, Boris. (Org.). *O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-64)*. São Paulo: Difel, 1986, pp. 465- 500.

O anúncio do comício desencadeou também a movimentação de grupos que até então se colocavam com certa resistência ao governo Goulart, mas que ainda não haviam passado a uma oposição mais ofensiva. Tratou-se, portanto, de uma disputa que passava para o campo da obtenção da legitimidade em torno de propostas que, em função do contexto político vivido, privilegiavam o antagonismo. Em função disto, do estreitamento do “campo de possibilidades” colocado pela ocorrência do Comício da Central do Brasil e da Revolta dos Marinheiros, as direitas esqueceram suas diferenças e marcharam em direção à ameaça mais presente naquele momento: João Goulart e o PTB reformista. Estes dois acontecimentos, somados a um alinhamento dos grupos de centro aos golpistas, provocaram ainda um clima propício, “nas ruas”, para a ampliação do seu público, contribuindo para que as direitas obtivessem o respaldo necessário para sua movimentação.

Apesar de considerar 1964 como uma articulação golpista operada em múltiplos centros, observo que isto não retira do movimento o respaldo concedido por parte significativa da sociedade. Esse respaldo, por sua vez, não era resultado apenas de uma mobilização ocorrida dentre as elites. Parcelas das camadas médias e, até mesmo dos grupos menos privilegiados da sociedade, tais como o operariado, concederam o seu apoio ao golpe. Segundo Mário Victor, não era apenas a classe média que se manifestava através da “Marcha da Família”<sup>19</sup> e, “embora parecesse estranho, era também grande o número de operários, a maioria deles não pertencente aos grupos filiados ao Comando Estaduais dos Trabalhadores e ao Fórum Sindical de Debates”<sup>20</sup>.

O momento fundamental em que se observa a passagem das articulações elaboradas a partir de pequenos espaços sociais – nesses múltiplos centros –, para o alcance da legitimidade obtida junto à opinião pública foram os meses iniciais do ano de 1964, mais especificamente em março deste ano. Foi quando o movimento ganhou gradativamente as ruas, obtendo o respaldo desejado pelas direitas para que o golpe se efetivasse. Neste sentido, o impasse estabelecido nos meses de agosto e setembro de 1961 serviu como lição que foi muito bem assimilada por esses segmentos das direitas. O ensaio de 1961, realizado pelos ministros militares do governo Jânio, não logrou êxito justamente por falta de legitimidade suficiente.

## **Golpe de 1964 e a Doutrina de Segurança Nacional**

A reação das direitas a ambos os acontecimentos – o Comício de 13 de Março na Central do Brasil e a Revolta dos Marinheiros –, aponta para o grau de influência que a Doutrina de Segurança Nacional havia desenvolvido em determinados segmentos da sociedade, sinalizando que a mesma já havia extrapolado os muros da caserna. O impacto foi tão grande que levou a UDN a lançar uma Proclamação, no Congresso Nacional. Pedro Aleixo, responsável pela leitura do documento, apresenta a posição da UDN neste momento:

Demos apoio ao Plano Trienal anunciando na mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional em 1963. Mas quando esse pleno de feição democrática é abandonado sem maiores explicações para ceder lugar a projetos de inspiração

<sup>19</sup> A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” realizou-se em São Paulo como uma resposta ao Comício da Central. Considero que essa manifestação apresentou-se como o elemento de legitimação para as direitas desferirem o 31 de março de 1964. Sobre o assunto ver: MENDES, Ricardo A. S. Mendes. Marchando com a família, com Deus e pela liberdade – O “13 de Março” das direitas. In: *Varia História*. Departamento de História. Programa de Pós Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Vol. 21, n.33, 2005, pp. 234-249.

<sup>20</sup> MARIO, Victor. *Os cinco anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 486.



suspeita e incompatível com as bases do regime, então nos opomos porque não contribuiremos para que progridam os movimentos de guerra revolucionária, para que se infiltre a dominação comunista e para que, por fim, se instale no Brasil quaisquer regime totalitário supressivo da liberdade.<sup>21</sup>

Essa influência já vinha se desenvolvendo de longa data. Os udenistas concebiam que irremediavelmente o país estava atrelado ao mundo ocidental e, por conta disso, era possuidor de um conjunto de características tidas como quase naturais. A propriedade privada, por exemplo, apresentava-se como um “fator social espontâneo inerente a determinado estágio superior da vida civilizada”. Uma realidade com que “desde os seus primórdios conceberam os povos ocidentais as bases da sociedade humana”<sup>22</sup>. Ao longo dos anos 1960, uma parcela cada vez maior do partido passou a entender que, uma vez situado geograficamente no ocidente, nada mais natural do que fazer a opção pelo alinhamento junto ao grupo de nações que possuía por característica comum a presença da democracia. Isto seria um resultado “natural” em vista dos “determinantes históricos” que uniam o país ao destino “em que comungam as nossas irmãs do continente americano e as grandes democracias europeias”<sup>23</sup>.

Outro aspecto que alicerçava a união entre o Brasil e estas nações seria a identidade em relação ao cristianismo. Carlos Lacerda, na convenção nacional do partido em 1961, é representativo desse determinismo geográfico característico das concepções geopolíticas da DSN. No seu discurso, Lacerda observava que:

O materialismo não pode ser seguido pela UDN. Como partido, não sendo nem devendo ser um partido confessional, a UDN é e deve ser um partido cristão. Creio que ninguém contesta que a UDN visa a preservar e sustentar, levando-os à prática, certos valores e princípios que se costuma resumir denominando-os princípios da civilização cristã, como tal denominada a herança da cultura, do estilo de vida, pensamento e comportamento que recebemos das culturas judaico-grego-latina através de nossos formadores, a religião cristã e a colonização portuguesa<sup>24</sup>.

Segundo João Mendes<sup>25</sup>, o país era considerado como uma “nação nitidamente ocidental” em face de viver sob a “inspiração de uma filosofia cristã de vida e de uma concepção democrática de sociedade”. Alde Sampaio acrescentava ainda que não havia o que ser questionado, uma vez que:

Nossa civilização ocidental está sustentada por um bloco de países formados no cristianismo com tradição secular, não aceita por outro bloco, (...) [que] hoje rejeita os princípios fundamentais dessa civilização ocidental [e na qual] nem ao menos o fundamento cristão é realmente acolhido pela política diretora desses povos.<sup>26</sup>

Também o IPÊS participou intensamente dessa campanha que contribuía para uma perspectiva de “civilização ocidental” plenamente enquadrada nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional. Afirmava

<sup>21</sup> Deputado Federal Pedro Aleixo e uma das importantes lideranças dentro da UDN, abordando sobre proclamação do partido elaborada em 19 de março de 1964. *Anais do Congresso Nacional*, março de 1964, p. 401.

<sup>22</sup> O pensamento do Sr. Celso Furtado e o comunismo. *O Estado de S. Paulo*. Seção Notas e Informações, 05 de abril de 1963. O jornal em questão retratava em grande medida o pensamento da UDN paulista.

<sup>23</sup> Editorial. “O Brasil e o momento internacional”. *O Estado de S. Paulo*, de 17 de fevereiro de 1961.

<sup>24</sup> Mensagem de Carlos Lacerda à Convenção Nacional da UDN em 29 de abril de 1961. Fundo UDN – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, DL 1238.3.

<sup>25</sup> Deputado Federal pelo Estado da Bahia. Era o líder do bloco Ação Democrática Parlamentar (ADP), segundo Dreifuss e Maria Victória Benevides.

<sup>26</sup> Deputado Federal Alde Sampaio sobre monção de censura ao Ministro das Relações Exteriores, pelo restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS. O deputado era um político de relevância na UDN de Pernambuco além de ser membro da Ação Democrática Parlamentar (ADP), frente política adversária do governo Goulart. SAMPAIO, Alde, *Anais da Câmara dos Deputados*, 28 de maio de 1962, p. 699.

Lucas Lopes<sup>27</sup> que o capitalismo, a democracia e a liberdade de iniciativa eram as três partes de um tetraedro que era a imagem do homem livre. Na mesma direção, boa parte da produção filmográfica do IPÊS, elaborada entre 1962 e 1964<sup>28</sup>, procurou dar ênfase à relação entre a religiosidade cristã, à existência da livre iniciativa e da democracia. A maioria dos documentários assinalava, em seu início, a imagem da Encíclica *Mater et Magistra* em um trecho no qual justificava a existência da propriedade privada. Inúmeros eram os artigos que citavam posições da Santa Sé contrárias ao regime comunista. Buscavam, desta forma, estimular a vinculação entre religião, capitalismo e democracia. Ao dividir o mundo dicotomicamente em dois polos antagônicos e, portanto, excludentes, a Doutrina

associava automaticamente o 'mundo ocidental' a um conjunto de características que seriam a propriedade privada, a cultura Greco-romana, o cristianismo e o liberalismo. A geopolítica apropriada pela DSN assinalava que, uma vez situados no ocidente, esses traços seriam os elementos inerentes à cultura de uma nação<sup>29</sup>

Em menor ou maior grau a DSN influenciou decisivamente na forma de compreender a realidade por parte dos grupos aqui analisados. Apresentou-se, nesse sentido, como o elo fundamentador de boa parte do pensamento político das direitas. No entanto, tendo a compreender esta influência dentro de uma dupla perspectiva. Primeiro, a DSN veio apenas a potencializar e sistematizar uma visão extremamente restritiva de organização que era característico das direitas brasileiras daquele momento. Dessa forma, encaminhou-me no mesmo sentido das observações apresentadas por Rouquié, no que tange aos limites da intervenção norte-americana no desencadeamento do movimento de 1964. Analisando especificamente os militares, Rouquié acaba por restituir o protagonismo das direitas brasileiras no evento, evitando que as compreendamos como meros objetos de manipulação norte-americana:

Atribuir a orientação contra-revolucionária maniqueísta unicamente à influência das doutrinas *made in USA* se não decorre de um erro de perspectiva, pelo menos revela um exagero bastante grande. (...) A ideologia contra-revolucionária, às vezes elevada, como no caso do Brasil, a verdadeira doutrina da "segurança nacional", mas na maioria dos casos elaborada rusticamente, não foi imposta de fora, mas sim aceita, isto é, na maior parte dos países essa ideologia simplesmente criou seu próprio espaço.<sup>30</sup>

Se por um lado é inquestionável que os *policy makers* norte-americanos, bem como os militares franceses, são os grandes elaboradores da DNS, assim como é indubitável o papel dos Estados Unidos na sua propagação<sup>31</sup>, de outro não se pode negar que as bases desta doutrina não foram impostas, mas

<sup>27</sup> LOPES, Lucas. Panorama industrial. *Boletim mensal*, nº 11, ano II, p. 9, junho 1963. Segundo Starling, Lopes era um dos principais articuladores da rede de tecno-empresários com os interesses multi-nacional-associados, sendo ainda, ativo conferencista da Escola Superior de Guerra. Sobre o importante papel desempenhado por ele nas articulações golpistas ver: STARLING, Heloísa. *Os Senhores das Geraís*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 55.

<sup>28</sup> O IPES produziu entre 1962 e 1964 dezenas de películas visando elaborar uma propaganda que viesse a apresentar o que consideravam as "reais" perspectivas a que poderia ser levado o país diante do comunismo. Eram apresentados em cinemas espalhados pelos quatro cantos do país, tanto em seções regulares como também em sessões públicas gratuitas que eram antecedidas por filmes norte-americanos. Produzidas por empresas cinematográficas, como Canal 100 e Atlântida Filmes, foram dirigidas normalmente por Jean Mazon. Seção de Documentos Sonoros e de Imagens em Movimento, QL/FIL 001 a QL/FIL 014, 1962 a 1964, Arquivo Nacional.

<sup>29</sup> MENDES, Ricardo Antonio Souza. Ditaduras civil - militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a historiografia. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.5, n.10,jul./dez. 2013, p 6-38, p. 06.

<sup>30</sup> ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Alfa-Omega, 1984, p.172-174.

<sup>31</sup> COMBLIN, Pe. Joseph. *A Ideologia de Segurança Nacional – o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 114. Para Jorge Tapias, "La DSN es, indudablemente, una doctrina política, porque se funda en una serie de principios y propone un conjunto de medios dirigidos al gobierno total de la sociedad.". Tratava-se, nesse sentido, de uma doutrina de síntese e integração a abarcar todos os assuntos nacionais. VALDÉS, Jorge

aceitas. Organizadas em sua origem como representantes do Estado na função de consolidar as integridades étnica e social, estimuladas ao longo do processo de modernização e “profissionalização” a intervirem na vida política - mentalidade que havia sido reforçada, em princípios do século XX, pelas missões militares estrangeiras<sup>32</sup> -, e marcadas de longa data um profundo sentimento anticomunista, as Forças Armadas estavam, na década de 1960 caracterizadas por um conjunto de traços que as colocavam profundamente pré-dispostas a todo tipo de ideias que instrumentalizassem as mesmas para seu assalto ao poder.

Num segundo aspecto, entendo que a DSN não se apresentou com uma unidade de pensamento que determinados autores buscam assinalar. A Doutrina de Segurança Nacional provocou efeitos diferentes nos diversos grupos que atingiu. Vieram apenas a corporificar os interesses particulares, melhor dizendo, os projetos de cada um dos grupos aqui abordados. A visão elitista e conservadora da sociedade que essa doutrina propagava eram extremamente assimilável e palatável às elites brasileiras porque representava, em termos gerais, uma comunhão de interesses.

Com a difusão da ideia de guerra revolucionária, a noção de segurança hemisférica passou a abranger também a ideia de ameaça interna. O agravamento das mobilizações sociais na América Latina e a instauração, em Cuba, de um sistema socialista, provocando a consolidação de uma frente anticomunista que associava qualquer tipo de reivindicação por mudanças como sinal da expansão comunista, foram os aspectos que contribuíram para esta perspectiva. No Brasil, as ideias polarizadoras, tal como concebidas pelas esquerdas, apresentaram-se como os símbolos de transformação da sociedade e por isso eram consideradas ameaçadoras. O estabelecimento de uma nova perspectiva que respaldasse a representatividade limitada na vida política, as profundas diferenças sociais, um projeto desenvolvimentista extremamente restritivo e uma política externa de alinhamento aos EUA foram fundamentais para os grupos de direita na disputa pelos recursos simbólicos.

A DSN, em maior ou menor grau, legitimou o posicionamento destes grupos. Ainda que com variações na sua recepção e na sua reformulação a Doutrina apresentava um eixo central. A ideia de que o Estado era a única instância efetiva a representar os interesses da nação e a perspectiva de ordem interna para galgar os denominados “objetivos nacionais” coadunavam-se perfeitamente às necessidades de fazer calar os movimentos populares – através da ampliação da restrição do direito de participação política e da noção de desigualdade natural entre os homens –, e de contenção da política externa independente.

**Ricardo Antonio Souza Mendes:** Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pós-doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente é professor de História da América na graduação e na pós-graduação do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

---

Alberto Tapia. *El terrorismo de Estado: la doctrina de la seguridad nacional en el Cono Sur*. México (DF): Editorial Nueva Imagen, 1980, p. 165.

<sup>32</sup> HERRERA, Genaro Arriagada. *El pensamiento político de los militares*. Santiago: Centro de Investigaciones Socioeconómicas, 1986. 6ª. Edición.